

O olhar da academia chinesa sobre o Brasil: uma revisão de escopo dos artigos sobre o Brasil publicados em periódicos chineses entre 2018 e 2023

The perspective of the Chinese academy on Brazil: a scoping review of articles on Brazil published in Chinese journals between 2018 and 2023

Ricardo Bernardes Pereira¹

0000-0003-2570-9270 

Pedro Txai Leal Brancher²

0009-0000-4807-7902 

¹ Departamento de Estudos dos Países de Língua Portuguesa, Faculdade de Línguas Estrangeiras, Universidade de Ciência e Engenharia de Sichuan, China.

² Departamento de Estudos dos Países de Língua Portuguesa, Faculdade de Línguas Estrangeiras, Universidade de Ciência e Engenharia de Sichuan, China.

Autor correspondente: ricardopereira@suse.edu.cn

Resumo. Nas últimas décadas, Brasil e China se tornaram parceiros estratégicos em aspectos comerciais, financeiros e institucionais. Concomitantemente, a produção de conhecimento sobre a relação Brasil-China cresceu em ambos os países. Porém, devido a barreiras linguísticas, os pesquisadores dos países de língua portuguesa pouco acessam a produção chinesa. Consequentemente, nota-se uma lacuna acerca do papel da academia chinesa na formulação da política externa de Pequim. Visando contribuir para os estudos chineses de língua portuguesa, este artigo questiona: qual a relação entre a produção científica em chinês sobre o Brasil e a política externa chinesa para o país sul-americano? Para responder esta pergunta, realiza-se uma revisão do escopo dos artigos em língua chinesa publicados em periódicos indexados nas bases de dados CNKI e WanFang (2018-2023) que investigam o Brasil. Conclui-se que a produção científica em chinês sobre o Brasil focou-se em dois objetivos: i) subsidiar o *statecraft* econômico empregado pela China em suas interações com o Brasil, e ii) extrair lições que norteiam políticas públicas dentro da China. A primeira parte analisa a institucionalidade da academia chinesa e as relações Brasil-China a partir do conceito de *Statecraft* econômico. A segunda apresenta os métodos, descreve os dados obtidos e analisa os resultados.

Palavras-chave: Brasil-China. Política externa. Revisão de escopo. *Statecraft* econômico.

Abstract. Over the past decades, Brazil and China have become strategic partners in the commercial, financial, and institutional domains. Simultaneously, the production of knowledge regarding Brazil-China relations has expanded in both countries. However, due to linguistic barriers, Portuguese-speaking researchers seldom engage with Chinese literature regarding Sino-

Brazilian relations. Thus, there is an empirical gap concerning the role of Chinese academia in shaping Beijing's foreign policy. Seeking to contribute to Chinese studies about Portuguese-speaking countries, this article poses the following question: what is the relationship between Chinese-language scientific production about Brazil and China's foreign policy towards the South American country? To address this question, a scope review was conducted on Chinese-language articles published in indexed journals in the CNKI and WanFang databases (2018–2023) that analyzed Brazil in any field. The findings indicate that Chinese scientific production about Brazil focused on two objectives: (i) supporting the economic statecraft employed by China in its interactions with Brazil and (ii) extracting lessons to inform domestic policymaking within China. The first part of the article examines the institutional framework of Chinese academia and Brazil-China relations through the lens of the Economic Statecraft concept. The second part outlines the methods, describes the data collected, and analyzes the results.

Keywords: Brazil-China. Foreign policy. Scope review. Economic statecraft.

1. Introdução

O ano de 2024 marca o 50.º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (RPC). Desde 1974, os gigantes sul-americano e asiático elevaram o status da relação bilateral para uma Parceria Estratégica (1993) e uma Parceria Estratégica Global (2012), institucionalmente norteadas pelo Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil (COSBAN). Além de intensas relações comerciais e financeiras, as duas nações cooperam em temas politicamente sensíveis, como o desenvolvimento de tecnologias espaciais e a agenda de reformas das instituições multilaterais de governança global.

A aproximação sino-brasileira e a ascensão da República Popular da China (RPC) na hierarquia econômica e política do sistema internacional ampliaram o interesse de pesquisadores brasileiros acerca da China. O campo de estudos chineses no Brasil é multidimensional, englobando desde as áreas da Economia Desenvolvimentista (Medeiros & Trebat, 2017; Majerowicz, 2020; Jabbour & Gabriele, 2021) e Relações Internacionais (Milani & Carvalho, 2013; Ioris & Cepik, 2022), até à Antropologia (Lee, 2018; Porto et al., 2022; Alencastro, Ueta & Pinheiro-Machado, 2023).

Apesar dessa vitalidade, a agenda de pesquisa sobre as percepções de acadêmicos chineses acerca do Brasil e/ou das relações sino-brasileiras ainda é incipiente nas Ciências Sociais brasileiras. O desenvolvimento de uma agenda de pesquisa sobre o conhecimento da academia chinesa sobre o Brasil enfrenta duas barreiras. Em primeiro lugar, a barreira linguística, uma vez que ainda é reduzida a quantidade de pesquisadores brasileiros com capacidade para compreender artigos acadêmicos redigidos em mandarim. Em segundo lugar, a barreira institucional, uma vez que a maioria dos pesquisadores chineses que se debruçam sobre o Brasil tendem a publicar artigos em periódicos indexados em bases de dados dificilmente acessíveis fora da China.

Este artigo objetiva contribuir para a superação dessa lacuna no campo de estudos brasileiros sobre a China. Para tanto, realiza-se uma revisão de escopo dos artigos em língua chinesa publicados em periódicos indexados nos dois maiores repositórios de publicações acadêmicas da China, nomeadamente CNKI (China National Knowledge

Infrastructure, <https://www.cnki.net/>) e WanFang (<https://www.wanfangdata.com.cn/index.html>), entre 2018 e 2024, que se debruçaram sobre questões relacionadas ao Brasil em qualquer área do conhecimento. A CNKI (*China National Knowledge Infrastructure*) e a Wanfang Data fornecem o acesso a periódicos, teses, dissertações e informações sobre patentes. A Wanfang, primeira empresa do país a oferecer serviços de banco de dados profissionais e vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, foi fundada em 1993 e é controlada por capital estatal. Por sua vez, o projeto CNKI foi formalmente lançado em junho de 1999 por iniciativa da Universidade de Tsinghua e sua empresa Tsinghua Tongfang, evoluindo de um projeto-piloto iniciado em 1995. A CNKI também é operada por uma empresa de propriedade estatal, através da Tongfang Co., Ltd., sendo a China National Nuclear Corporation e a Universidade de Tsinghua os seus principais acionistas.

A pergunta da investigação inicial foi: qual o nexó entre a produção científica em chinês sobre o Brasil e a política externa de Pequim para o país sul-americano? Após a etapa de triagem, foram categorizados 635 artigos, os quais foram codificados em seis categorias:

- i) instituição;
- ii) unidade de análise;
- iii) método;
- iv) objetivos;
- v) dimensão analítica e
- vi) campo de estudo.

Ao final, conclui-se que a produção científica em chinês sobre o Brasil entre 2018 e 2023 focou-se em dois objetivos:

- i) subsidiar o *statecraft* econômico empregado por Pequim em suas interações com Brasília, e
- ii) extrair lições que norteiam políticas públicas dentro da China.

O artigo se divide em cinco seções, além da introdução e conclusão. Primeiro, discute-se a relação entre poder estatal e produção acadêmica chinesa. Segundo, conceitua-se a política externa chinesa para o Brasil como um caso bem-sucedido de *statecraft* econômico alicerçado na percepção da relevância brasileira para os objetivos regionais e globais de Pequim, bem como por um processo de institucionalização das relações emissor-receptor centrado na COSBAN. Nas seções seguintes, apresenta-se a metodologia empregada para a definição e categorização dos artigos, descreve-se as evidências coletadas e relaciona-se os dados sistematizados com a pergunta de pesquisa inicial. Por fim, a conclusão retoma os pontos principais da investigação, ressalta as limitações do estudo e sugere possibilidades para a continuidade da agenda de pesquisa.

2. Política externa e produção de conhecimento na China

A política externa de um Estado pode ser entendida como o conjunto de ações de uma organização estatal que visam alcançar objetivos nacionais no sistema internacional. O termo, portanto, pressupõe uma estratégia (objetivos, prioridades e instrumentos) que forneça coerência para as diversas formas nas quais as agências estatais se relacionam com entidades estrangeiras (Hill, 2016). A qualidade de tal estratégia é condicionada não apenas pelos recursos materiais do Estado, mas também pelas capacidades de compreensão das características, preferências e constrangimentos dos demais atores com os quais ele interage. Ou seja, a base de conhecimento acerca do ambiente internacional à disposição dos tomadores de decisão influencia desde a hierarquização dos objetivos nacionais até a definição de quais meios serão empregados para obtê-los.

Diante disso, compreende-se a razão da ascensão da RPC na hierarquia do sistema internacional ter sido acompanhada pela ampliação da capacidade de produção de conhecimento da academia chinesa. Em 2022, a China investiu em torno U\$ 458 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D), um aumento de 8,1% em relação ao ano anterior (Governo da República Popular da China, 2024), ficando atrás apenas dos EUA em termos absolutos e na frente da União Europeia em termos de porcentagem do PIB. Esse valor financiou as operações de mais de 2.500 universidades, 1,87 milhões pesquisadores (19,1% do total mundial), cerca de 362.000 doutorandos e 4.963 periódicos. O resultado desse esforço foi que, entre 2005 e 2020, a China passou da décima quarta para a primeira posição no *ranking* da Scimago de artigos publicados em periódicos da Science Citation Index (SCI), representando cerca de 20% das publicações. Desse total, 25,4% foram produzidos a partir de colaborações internacionais, principalmente com os países do G7, demonstrando a crescente internacionalização da ciência chinesa apesar das tensões na política internacional (Hyland, 2023).

A ascensão científica internacional da China está fortemente relacionada com a introdução de reformas institucionais na educação superior do país a partir da década de 1990 (Hyland, 2023). Em 1991, o governo central manifestou o objetivo de construir universidades de padrão global capazes de competir com as instituições de ensino superior dos países desenvolvidos nos *rankings* internacionais. A estratégia se desdobrou no Projeto 211 e Projeto 985, os quais injetaram cerca de U\$ 8 bilhões em aproximadamente duas centenas de universidades selecionadas. Ademais, emulando o modelo das Ivy League estadunidenses, foi criada a C9 League, um grupo composto por nove instituições de ensino superior (IES) chinesas que receberiam ainda mais financiamento governamental (Li & Xue, 2021).

A empreitada rumo ao alto escalão das IES globais também se traduziu em transformações administrativas nas universidades chinesas. De fato, nas últimas três décadas, a governança do ensino superior chinês transitou de um modelo burocrático centralizado com estabilidade empregatícia e benefícios sociais para um modelo gerencialista fundamentado em maior autonomia administrativa, avaliações quantitativas de performances e rigorosos sistemas de progressão funcional (Wang & Jones, 2020). Desde 2015, os acadêmicos chineses foram convocados a construir universidades e disciplinas de "Primeira Classe Mundial", um *status* fortemente condicionado pelos

rankings internacionais (Gao & Zheng, 2018). Nesse contexto, a carreira docente na China está sujeita ao princípio do "publicar ou perecer", "incluindo um contrato inicial de 3 a 6 anos que adota severos mecanismos de avaliação de performance e a demissão dos acadêmicos incapazes de atingir os padrões" (Wang & Jones, 2020, p. 3), bem como pressões e incentivos para publicações em periódicos internacionais de alto impacto para professores associados (Hyland, 2023).

2.1. Produção acadêmica em periódicos domésticos

Em torno de metade da produção acadêmica chinesa está indexada em bases de dados domésticas. Em 2018, 49% dos artigos chineses foram publicados em bases de dados nacionais, o primeiro ano em que houve mais artigos chineses indexados em bases internacionais do que nacionais (Shu et al., 2019). Não obstante, nota-se que a proporção de artigos publicados em bases de dados chinesas tenderá a aumentar nos próximos anos. Isso porque orientar as pesquisas chinesas para as revistas nacionais tem sido um objetivo de política pública recente (Qian et al., 2020). Em 2020, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia lançaram juntamente uma Opinião Oficial especificando que os pesquisadores devem publicar pelo menos um terço de seu trabalho em revistas domésticas (Ministry of Science and Technology, 2020). O documento também afirma que métricas de relevância social e a qualidade do artigo (por exemplo, inovação, impacto do artigo e avanço científico) devem ser consideradas para a avaliação da pesquisa científica (Qian et al., 2020).

Atualmente, o governo chinês tem o objetivo de desenvolver a quantidade e a qualidade da indústria de periódicos chineses. Em 2019, a Academia Chinesa de Ciências (CAS) em articulação com os Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Finanças lançaram o Excellence Action Plan for China's STM Journals, projeto que prevê o investimento de aproximadamente US\$ 150 milhões em 285 periódicos nacionais durante cinco anos. Concomitantemente, o governo anunciou que a publicação em periódicos domésticos será um critério fundamental em premiações acadêmicas, captação de financiamento para pesquisa e progressões funcionais (Hyland, 2023).

A decisão de publicar nacional ou internacionalmente assenta nos incentivos das instituições de pesquisa para contratação, promoção na carreira e recompensa financeira dos pesquisadores (Shu et al., 2022). As instituições de pesquisa chinesas usam artigos indexados como principal parâmetro de avaliação institucional e de pessoal. Não há um parâmetro único de avaliação de professores para contratação, promoção e continuação na carreira. As instituições de elite têm poder discricionário nesse aspecto, enquanto as instituições ordinárias dependem da decisão do Ministério da Educação. Quanto mais bem posicionada na elite do sistema universitário, maior o poder discricionário. Entretanto, a prática mais comum (excluindo a área de Ciências Sociais, Humanidades e Artes) é valorizar mais os artigos publicados em bases internacionais. Publicar em inglês e no estrangeiro pode alavancar a carreira dos pesquisadores e aumentar a visibilidade internacional da ciência chinesa, porém aumenta o custo de publicação - devido às taxas de publicação - e limita o acesso às publicações pela população local, por causa das taxas de assinatura de revistas e barreiras linguísticas (Zhang et al., 2021). A decisão sobre em

que revista publicar também passa pela recompensa financeira dos pesquisadores. As instituições de pesquisa chinesas oferecem valores diferentes de bônus aos pesquisadores com base na qualidade da revista acadêmica. Esses valores são definidos por cada Instituição de Pesquisa e dependem de fatores como categoria da universidade, província, cidade, departamento, etc. (Quan et al., 2023).

Nas Ciências Sociais (que incluem Administração de Empresas, Administração Pública, Economia, Educação, Comunicação, Direito, Ciência Política, Sociologia, Psicologia e Antropologia) e Humanidades, mais de 90% das pesquisas chinesas são publicadas domesticamente, enquanto, em algumas áreas das ciências exatas e naturais, ocorre o inverso (Shu et al., 2019). Os motivos pelos quais os artigos das áreas de Ciências Sociais e Humanidades são publicados majoritariamente em bases domésticas incluem:

- i) As avaliações institucionais chinesas dão peso significativo às revistas domésticas nessas áreas;
- ii) As comunidades científicas são mais localizadas nessas áreas na maioria dos países;
- iii) O conhecimento das Ciências Sociais e Humanidades é menos universal do que o conhecimento de outras áreas;
- iv) As instituições de financiamento permitem ou exigem que as pesquisas sejam publicadas em chinês; e
- v) As políticas públicas favorecem a publicação em chinês (Shu et al., 2019).

2.2. O controle do Estado chinês sobre a produção acadêmica doméstica

As revistas acadêmicas chinesas são bens públicos regidos pela economia planejada e ideologia estatal. O sistema acadêmico chinês incentiva os pesquisadores a publicar pesquisas relacionadas aos interesses dos formuladores de políticas públicas. Há três particularidades do sistema de publicação de revistas científicas da China (Wang et al., 2020). Em primeiro lugar, as revistas acadêmicas estão sob o controle e posse do Estado. A aprovação de novas revistas acadêmicas é feita pela Agência Reguladora da Imprensa e acontece em três etapas. Na primeira etapa, uma unidade (por exemplo, uma universidade) submete um pedido de criação de nova revista ao departamento provincial de imprensa (ou outro órgão competente). Depois, o pedido é avaliado por esse departamento. Se aprovado, na terceira etapa, o pedido é encaminhado à Agência Reguladora da Imprensa, que toma a decisão final (Wang et al., 2020).

Em segundo lugar, três órgãos administram a revista acadêmica: uma autoridade competente (por exemplo, o Ministério da Educação, a Academia Chinesa de Ciências, a Associação Chinesa pela Ciência e Tecnologia), um patrocinador (por exemplo, qualquer universidade) e um editor (por exemplo, o departamento de editoria de uma universidade). A autoridade competente é responsável por garantir que as revistas acadêmicas seguem a ideologia e os projetos de Estado. O patrocinador é responsável por oferecer a infraestrutura e os recursos financeiros para a manutenção do jornal. Por sua vez, a editoria tem as tarefas de realizar os procedimentos editoriais práticos, como receber as submissões, selecionar os revisores, editar e publicar (Wang et al., 2020).

Finalmente, a revisão dos pares das revistas chinesas adota os padrões internacionais de revisão, tais como revisão anônima, verificação de plágio e transparência. No entanto, a seleção dos artigos pela sua relevância adota não somente as definições do que é relevante para a comunidade acadêmica, mas também para o Estado.

Em suma, a capacidade de produção de conhecimento da China está entre as mais fortes do mundo e isso lhe confere a possibilidade de fortalecer o seu *status* e influência globais por diversos meios. O Estado chinês articula a produção científica e orienta-a de acordo com os seus objetivos estratégicos. Diante de tal contexto, a primeira hipótese desta pesquisa é: a China produz conhecimento detalhado sobre o Brasil e alinhado com os objetivos estratégicos do *statecraft* econômico chinês.

3. *Statecraft* econômico chinês e as relações Brasil-China

O conceito de *statecraft* econômico se refere a utilização de ferramentas econômicas para a obtenção de objetivos estratégicos e securitários (Baldwin, 2020). *Statecraft* econômico se diferencia de práticas orientadas exclusivamente para interesses comerciais ou financeiros de um Estado, constituindo-se como um "um exercício de poder e influência através de meios econômicos" (Yang & Liang, 2019, p. 1). Em outras palavras, ao praticar *statecraft* econômico, um Estado (emissor) mobiliza e emprega recursos de poder latente (riqueza e tamanho do mercado interno) para influenciar uma ou mais dimensões do comportamento de outro Estado (receptor) - atitudes, opiniões, expectativas, propensões, etc.

Os instrumentos utilizados para a prática do *statecraft* econômico podem ser classificados como positivos (incentivos) ou negativos (constrangimentos). Exemplos de ferramentas positivas incluem discriminação tarifária favorável, acesso a financiamento, promoção de investimento externo direto, garantias de investimento, doações e cooperação em ciência e tecnologia. Instrumentos negativos incluem a imposição de sanções, listas negras, quotas comerciais, embargo, congelamento de ativos, expropriação de ativos, boicotes, elevação de tarifas e cobrança de condicionalidades (Baldwin, 2020).

Por um lado, medidas negativas de *statecraft* econômico tendem a ser empregadas como mecanismos de pressão *ad hoc* em momentos de crises diplomáticas. Por sua vez, instrumentos positivos tendem a obter maior eficácia quando inseridos em arcabouços institucionalizados de interação. Neste caso, a institucionalização de normas, valores e regras nas dinâmicas interacionais entre emissor-receptor produziria três tipos de benefícios:

- i) redução dos custos de comunicação, barganha e *enforcement*;
- ii) insulamento de pressões derivadas da política interna; e
- iii) elevação da consistência intertemporal e da coerência interagencial da dinâmica cooperativa (Zhang & Chen, 2021).

Institucionalizar o *statecraft* econômico envolve a mobilização de recursos políticos, informacionais e econômicos, dado que a relação entre a imposição (concessão) de custos (benefícios) econômicos e alterações no comportamento de um Estado não é

direta, mas intermediada pelas dinâmicas políticas internas do Estado-receptor, particularmente a relação entre lideranças políticas e grupos de interesse. Especificamente, entende-se como condições necessárias para a institucionalização do *statecraft* econômico que o Estado-emissor detenha ao menos três tipos de capacidades:

- i) organizacional e política para mobilizar os recursos internos,
- ii) informacional para compreender dinâmicas políticas-econômicas internas do Estado-receptor, principalmente acerca das vulnerabilidades, disputas internas, aspirações e potenciais associados com os custos/benefícios econômicos implementados e
- iii) discursiva, para construir uma narrativa coerente e compartilhada que alinhe a relação emissor-receptor aos objetivos das elites políticas do Estado-receptor (Blanchard & Ripsman, 2008).

Diante de tais desafios, a decisão por avançar o processo de institucionalização depende da percepção do Estado-emissor acerca dos custos e benefícios que a relação bilateral poderá gerar. No caso das relações entre Brasil e China, Zhang & Chen (2021, p. 347, tradução nossa) argumentam que "Pequim percebe que a institucionalização da cooperação econômica sino-brasileira é estratégica não apenas em relação aos objetivos chineses na América Latina, mas também no nível global". Além de sua grandeza territorial e populacional, o Brasil exerce papéis de liderança tanto em instituições regionais como o Mercosul, quanto em redes de cooperação inter-regionais, notadamente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Por sua vez, o bloco dos BRICS oferece a China uma valiosa plataforma de projeção econômica e cultural para além da região da Ásia-Pacífico. Portanto, o *statecraft* econômico chinês para o Brasil se orienta não só por benefícios derivados da relação bilateral, mas também da capacidade de o país latino-americano operar como porta de entrada em áreas do sistema internacional que Pequim teria dificuldade para acessar.

De forma coerente com tal percepção, nas últimas três décadas, a China empregou, consistentemente, um conjunto de incentivos econômicos visando fortalecer sua capacidade de influência em relação ao Brasil. Em 1988, por exemplo, Pequim e Brasília assinaram o acordo que iniciou o Programa Espacial Sino-Brasileiro. Diante da robusta assimetria entre os programas especiais chineses e brasileiros em favor do primeiro, o projeto de cooperação, do qual resultaram os satélites de monitoramento terrestre CBERS, caracteriza-se como um uma relação emissão-receptor, tendo sido crucial para o Brasil, que não possui tecnologia de lançamento de foguetes, assegurar uma presença mínima no espaço sideral (Silva & Benvenuto, 2022).

A partir da primeira década do século XXI, a dimensão comercial passou a condicionar fortemente o *statecraft* econômico da China para o Brasil. O crescimento da economia chinesa foi acompanhado por um aumento significativo da demanda interna por recursos minerais e *commodities* agrícolas. O mercado chinês se tornou o principal destino das exportações de soja e minério de ferro brasileiras, produtos que somados constituem cerca de 30% da pauta exportadora do país latino americano. Tal absorção assegurou ao Brasil não só taxas relativamente elevadas de crescimento econômico, mas

também os sucessivos superávits comerciais que sustentaram a estabilidade do Real. Na última década, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) se tornou outro instrumento relevante no repertório do *statecraft* econômico chinês para o Brasil. Em 2017, a China ultrapassou os Estados Unidos como maior fonte de investimentos no território brasileiro, particularmente em setores estratégicos como energia, infraestrutura e recursos naturais (Zhang & Chen, 2021).

Do ponto de vista institucional, o ponto focal é a "Parceria Estratégica Brasil-China", que, para o Brasil, consiste na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Instituída em 2005, a COSBAN se insere em uma prática recorrente da diplomacia chinesa de estabelecer comitês de alto nível para coordenação das relações com países estratégicos como Brasil, África do Sul e Vietnã. No caso da COSBAN, enquanto a cúpula presidida pelos Vice-Presidentes de ambos os países se reúne a cada dois anos, onze subcomissões com encontros anuais são responsáveis por coordenar a cooperação nas seguintes áreas de interesse mútuo: Política; Econômico-Comercial; Econômico-Financeira; de Inspeção e Quarentena; Agricultura; Ciência, Tecnologia e Inovação; Indústria e Tecnologia da Informação; Cooperação Espacial; Energia e Mineração; Educacional; Cultural e Saúde. Cada subcomissão, por sua vez, lidera respectivas forças tarefas encarregadas de realizar os aspectos cotidianos da cooperação em dimensões específicas. A Comissão Econômico-Comercial, por exemplo, conduz as forças tarefas sobre "Coordenação Bilateral Comercial", "Harmonização Estatística", "Contrabando e Temas Relacionados", "Propriedade Intelectual" e "Investimento" (Zhang & Chen, 2021, p. 356).

Toda a estrutura organizacional da COSBAN está submetida a um processo de planejamento e avaliação cujos pontos focais são o Plano de Ação Conjunto Quinquenal e o Plano de Cooperação Decenal. Além de guiarem a atuação e a revisão das atividades das subcomissões, os planos de ação bilaterais as normas, valores e princípios norteiam a Parceria Estratégica. O Plano de Ação Conjunta Quinquenal (2010–2014), por exemplo, definiu que a cooperação Brasil-China seria realizada com base na "equidade", "confiança mútua" e "pragmatismo", visando "a obtenção de resultados positivos para ambas as partes" (COSBAN, 2010). Em 2012, o Plano Decenal de Cooperação Conjunta especificou que ambas as partes devem ter em consideração as características econômicas e políticas de cada nação (COSBAN, 2012). Em 2014, por sua vez, o segundo Plano de Ação Conjunta Quinquenal (2015–2021) estabeleceu objetivos mais específicos, como a priorização da economia do conhecimento, a busca pelo desenvolvimento sustentável e a coordenação em áreas relacionadas com a governança global e o multilateralismo (COSBAN, 2014).

Portanto, a interação sino-brasileira está estruturada de acordo com o padrão emissor-receptor, no qual Pequim emprega recursos econômicos e institucionaliza práticas de cooperação e planejamento visando não só maximizar benefícios políticos, mas também insular os aspectos estratégicos da relação das dinâmicas da política interna brasileira. O consistente progresso nas relações Brasil-China ao longo dos governos de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff indicam um alto nível de eficácia no modelo de *statecraft* econômico chinês para o Brasil. A hipótese de trabalho é: a produção acadêmica em língua chinesa sobre o Brasil é um fator relevante

para a eficácia do statecraft econômico chinês, pois ela constitui a base de conhecimento na qual os tomadores de decisão chineses podem compreender potenciais, disputas internas, aspirações e vulnerabilidades que permeiam a economia-política brasileira.

4. Método

O método de revisão de escopo foi empregado para mapear os artigos publicados em periódicos chineses sobre o Brasil em todas as áreas do conhecimento. De acordo com Peters et al. (2021, p. 2, tradução nossa), "a revisão de escopo é um tipo de sistematização de evidências cujo objetivo é identificar e mapear evidências que se enquadram em critérios pré-determinados em relação a tópicos, campos, contexto, conceito ou problema de pesquisa". Semelhantemente a outros métodos de revisão, como revisões integradoras, narrativas e sistemáticas, revisões de escopo podem incluir diferentes tipos de literatura (empírica, teórica, *policy-oriented*) e devem estar ancoradas em rigorosos procedimentos de seleção e categorização. No entanto, diferenciam-se de revisões integradoras e narrativas por permitirem a operacionalização de perguntas de pesquisa mais amplas, enquanto se distinguem de revisões sistemáticas por não visarem responder questões relacionadas com a efetividade ou viabilidade de uma intervenção específica. Assim, pesquisadores devem atribuir preferências a revisões de escopo quando estão diante de evidências extensivas, heterogêneas e/ou dispersas ao mesmo tempo que objetivam "explorar, identificar, mapear, reportar ou discutir as características e conceitos" que permeiam uma determinada dimensão de interesse.

Tricco et al. (2018) propõem uma lista com 22 procedimentos necessários para a realização e publicação de uma revisão de escopo no Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist. Tanikawa et al. (2021), por sua vez, apresentam uma versão sistematizada da proposta da PRISMA a partir de sua combinação com o Fluxo de Pesquisa proposto por Jesson et al. (2011). Partindo-se de tais referências, especificou-se o protocolo da revisão de escopo apresentada neste artigo através das seguintes etapas.

Etapas 1 (pergunta de pesquisa e hipótese de trabalho).

Etapas 2 (procedimentos de pesquisa):

- i) definição dos critérios de elegibilidade (exclusão/inclusão),
- ii) elaboração de uma estratégia de busca e
- iii) especificação das bases de dados.

Etapas 3 (categorização das evidências):

- i) seleção das evidências encontradas;
- ii) elaboração do fluxograma de pesquisa;
- iii) listagem e definição das categorias e variáveis de agrupamento das evidências.

Etapa 4 (interpretação dos resultados):

- i) descrição sintética e análise crítica das evidências obtidas;
- ii) sistematização dos resultados, discussão das limitações e sugestões para futuras pesquisas.

4.1. Pergunta de pesquisa e hipótese de trabalho

A primeira etapa da pesquisa envolveu a revisão de dois corpos de literatura distintos: *statecraft* econômico e relações China-Brasil. Terminada esta revisão, estabeleceram-se dois pressupostos basilares:

- i) a evolução da relação bilateral China-Brasil nos últimos trinta anos consiste em um caso bem sucedido de *statecraft* econômico realizado por Pequim através do emprego de instrumentos comerciais, financeiros e tecnológicos, e
- ii) o *statecraft* econômico chinês para o Brasil não ocorre de forma *ad hoc*, mas foi institucionalizado por meio da COSBAN.

Diante disso, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: qual o nexos entre a produção científica sobre o Brasil publicada em periódicos chineses e o modelo de política externa empregado por Pequim em suas relações com o Brasil? A hipótese de trabalho inicial é que a produção acadêmica chinesa sobre o Brasil reflete o modelo de *statecraft* econômico desenvolvido por Pequim para organizar suas interações com o país sul-americano, focando-se, portanto, menos em aspectos conjunturais da política interna brasileira e mais em elementos estruturais da parceria.

4.2. Procedimentos de pesquisa

Para avaliar a hipótese de trabalho, optamos por avaliar artigos enquadrados nos seguintes critérios:

- i) analisam o Brasil em qualquer área do conhecimento;
- ii) foram publicados entre 2018 e 2023;
- iii) foram publicados em língua chinesa e
- vi) estão indexados nas bases de dados CNKI e WanFang.

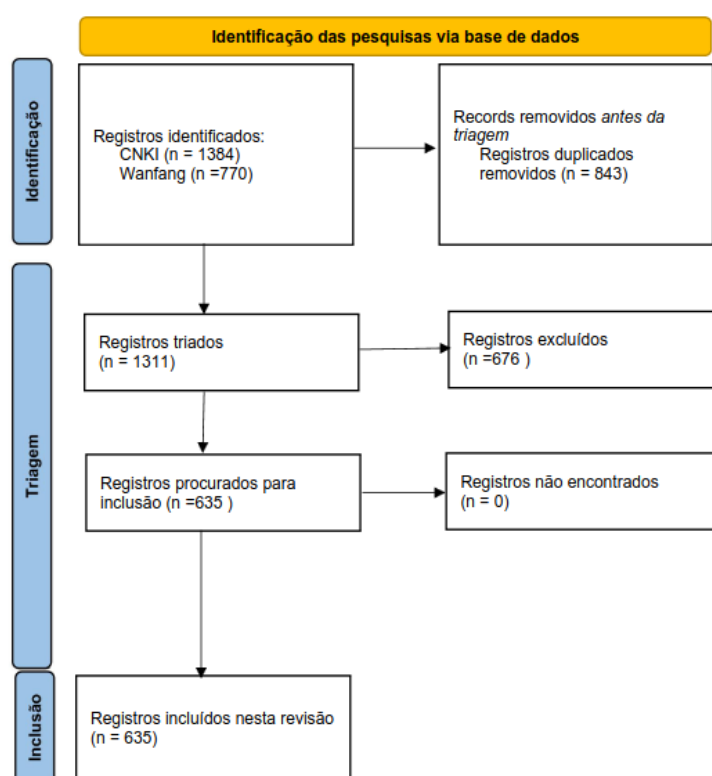
O mapeamento dos artigos sobre o Brasil foi realizado por meio dos termos de busca: 巴西 (Brasil), 巴西与中国关系 (relação Brasil-China) e 中国与巴西 (China e Brasil). Excluíram-se teses, dissertações e artigos de publicados em anais de congressos e conferências. Definiu-se o período entre 2018 e 2023 em função das alterações na política interna e externa brasileira que ocorreram durante o Governo Bolsonaro. Com isso, objetivou-se averiguar o nível de influência que aspectos conjunturais produzem na produção acadêmica em língua chinesa sobre o Brasil. As bases de dados CNKI e

WanFang foram escolhidos por serem as duas maiores bases de dados e abarcarem toda a produção relevante chinesa.

4.3. Categorização das variáveis

A Figura 1, abaixo, apresenta o fluxograma detalhado do processo de inclusão dos artigos. Com base na estratégia de busca delimitada, identificou-se um total de 2154 artigos, dos quais 843 foram removidos por serem registros duplicados. Depois, os artigos identificados foram submetidos a um processo de triagem realizado por três pesquisadores, um de nacionalidade brasileira e dois de nacionalidade chinesa. O processo de triagem foi norteado por quatro princípios de exclusão. Primeiro, excluíram-se os artigos que, embora mencionassem o termo Brasil no resumo, não pesquisavam o Brasil, mencionando o Brasil como um exemplo, não como uma unidade de análise. Segundo, excluíram-se os artigos que, apesar de possuírem o termo Brasil no corpo do texto, não continham o termo no título, resumo, palavras-chaves e seção. Terceiro, excluíram-se os artigos nos quais o termo Brasil não fazia referência ao país, mas a outros elementos como árvores, plantas, experimentos, pessoas, Paquistão, etc. Em quarto lugar, foram excluídos artigos com menos de quatro páginas. Depois dessas etapas, restaram 635 artigos que foram incluídos numa base de dados.

Figura 1. Fluxograma coleta de dados



Terminado o processo de triagem, iniciou-se o processo de categorização. Os procedimentos de categorização envolveram, primeiro, a leitura do resumo e, caso necessário, a leitura sistemática do texto completo. Este processo foi realizado em

cooperação por pesquisadores chineses e brasileiros, bem como foi norteado por seis categorias analíticas:

- i) instituição;
- ii) unidade de análise;
- iii) método;
- iv) objetivo primário (diretamente relacionado ao método de pesquisa);
- v) objetivo secundário (mais distante do método de análise);
- vi) dimensão analítica e
- vii) campo de estudo.

A Tabela 1, abaixo, apresenta a definição de cada categoria, bem como especifica as variáveis que as constituem.

Tabela 1. Categorias e variáveis de análise

Categoria	Definição	Variáveis
Instituição	Tipo de instituição de pesquisa ao qual os autores do artigo são associados.	Empresas públicas/privadas; <i>Think Tanks</i> ; Universidades: Projetos 985, 211 e Primeira Classe; Instituição de Pesquisa Estrangeira.
Unidade de Análise	Como o Brasil é conceitualizado como objeto analítico. Brasil é avaliado como uma entidade por si só, como parte de uma rede de relações bilaterais ou trilaterais, ou como componente de um grupo específico.	Brasil Estudo de Caso; Brasil e China; Trilateral; América Latina/América do Sul; BRICS; Global; G20; Países Selecionados
Método	Escolhas metodológicas.	Qualitativo; Quantitativo; Métodos Mistos; Revisão de Literatura; Experimental
Objetivos	Objetivo principal do artigo. Foi considerado o objetivo declarado pelo(s) autor(es).	Descrever; Avaliar; Propor; Comparar; Aprender com; Análise de Risco; Identificação de causas e influências; Revisar; Simular; Predizer
Dimensão Analítica	Dimensão das relações bilaterais ou trilaterais o artigo analisa.	Comércio; Política Pública; Competição Econômica/Política; Influência; Cooperação; Outros
Campo de Estudo	Campo específico do conhecimento no qual o artigo se insere.	Governança internacional, ciência política e direito; Economia (economia agrícola); Soja; Agricultura (exceto soja); Desenvolvimento sustentável; Combustíveis fósseis; Saúde; Recursos minerais ou geologia; História; Educação; Comunicação Social; Humanidades; Engenharia elétrica e mercado elétrico; Floresta; Outros

5. Resultados

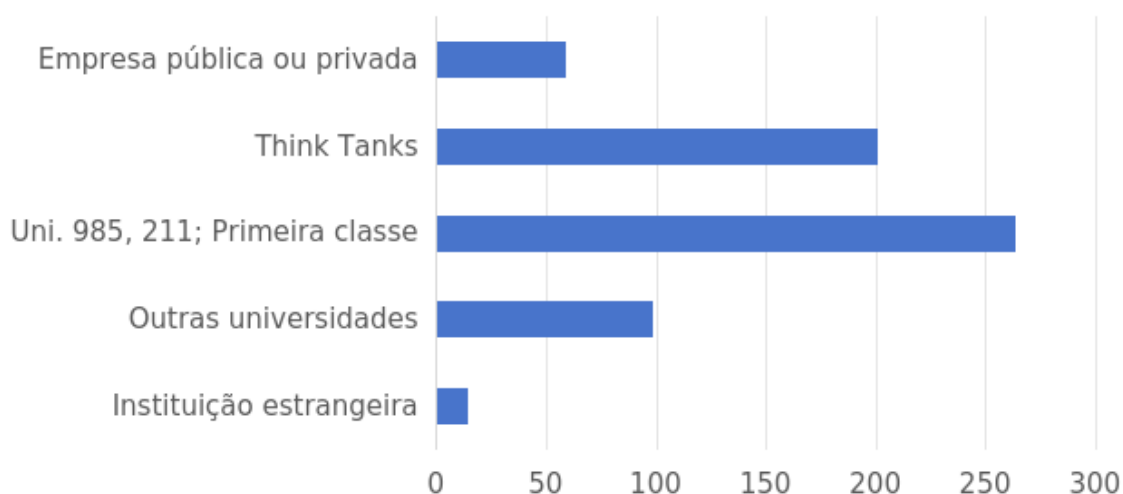
Em relação às instituições, 41,3% dos artigos foram publicados por universidades dos Projetos 985, 211 e Primeira Classe, 31,7% por *think tanks*, 15,5% por universidades

ordinárias, 9,3% por empresas e 2,2% por universidades fora da China continental. Em termos de distribuição geográfica, 49,5% dos artigos foram publicados por instituições sediadas em Pequim (Figura 2). Outros centros econômicos importantes, Xangai e Guangdong, representaram, respectivamente, 7,25% e 2,36% do total geral. A proeminência de Pequim se deve à concentração de *think tanks* na capital chinesa. Do total de artigos publicados por esse tipo de entidade, 86,6% foram produzidos por instituições localizadas em Pequim.

O tipo de instituição está relacionado com o campo de estudo do artigo. No campo "Governança Internacional, Ciência Política e Direito", o qual representa 23,5% do total de artigos, 43% deles foram produzidos por *think tanks*. No campo "Economia", 51,7% dos artigos foram produzidos por universidades chinesas de elite, enquanto 28,27% por *think tanks*. Em relação à "Agricultura", universidades chinesas de elite, *think tanks* e universidades chinesas ordinárias produziram, respectivamente, 38,9%, 27,27% e 23,14%. Os três campos do conhecimento em que as empresas mais publicam artigos são "Engenharia Elétrica e Mercado Elétrico", "Agricultura" e "Combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão)". Os artigos publicados por profissionais de instituições empresariais apresentam duas características distintivas:

- i) seus autores estão majoritariamente localizados no Brasil, e
- ii) os campos de estudo são principalmente "Engenharia Elétrica e Mercado elétrico" e questões relacionados com o Pré-sal.

Figura 2. Artigos sobre o Brasil publicados em periódicos chineses entre 2018–2023 (Instituição)

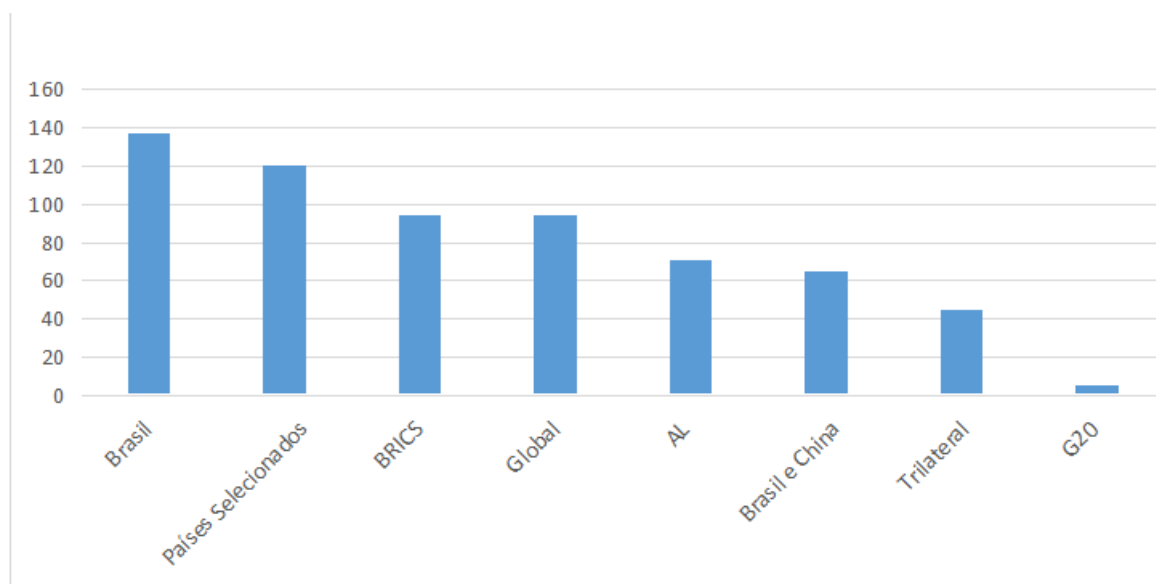


Fonte: dados extraídos de CNKI e WanFang

Em relação à unidade de análise, investigar o Brasil como estudo de caso representou 21,5% do total; o Brasil inserido em um conjunto de países selecionados 15,9%; análises globais correspondem a 15%, e o Brasil como membro dos BRICS em

14,5%. Artigos avaliando exclusivamente a relação Brasil-China ou o Brasil como um país latino-americano corresponderam, respectivamente, a 10,4% e 11,2% do total. Pesquisas que enquadram o Brasil como membro do G20 representaram apenas 0,5% do total (Figura 3).

Figura 3. Artigos sobre o Brasil publicados em periódicos chineses entre 2018–2023 (Unidade de Análise)



Fonte: dados extraídos de CNKI e WanFang

Quando a unidade de análise é "Somente o Brasil" ou "América Latina", as pesquisas tipicamente empregam o método qualitativo, são da área de "Governança Global, Ciência Política e Direito" e têm o objetivo de descrever. Pesquisas com a unidade de análise "BRICS", "Países Seleccionados" e "Global" tipicamente empregam métodos quantitativos, são da área de Economia e os objetivos “comparar” e “avaliar” predominam. Por sua vez, quando se trata da relação Brasil e China, métodos qualitativos e quantitativos aparecem na mesma proporção, o campo temático majoritário é a agricultura e os objetivos principais são “descrever”, “mapear” e “interpretar”.

Portanto, a forma que os pesquisadores chineses estudam o Brasil como membro do BRICS difere da forma como eles estudam o Brasil como caso único ou membro da América Latina. A dimensão BRICS é uma referência comparativa da economia chinesa com a de países em desenvolvimento, enquanto as dimensões "Somente o Brasil" e "América Latina" estão inseridas em pesquisas fundamentalmente descritivas.

Em relação à metodologia, abordagem qualitativas e quantitativas apareceram em proporções de 36,7% e 33,7%, respectivamente, enquanto "Métodos Mistos" e "Opinião ou Revisão de Literatura" representaram 14,2% e 13,5%, respectivamente. No que tange aos objetivos primários, quatro variáveis se destacaram:

- i) "Descrever, interpretar ou mapear" (37,5%);
- ii) “Comparar” (15%);

- iii) “Avaliar” (12%), e
- iv) “Identificar causas e influências” (12%).

Em relação aos objetivos secundários, por sua vez, as variáveis com maior frequência foram "Aprender Com", "Descrever, interpretar, mapear", e "Avaliar", respectivamente com 22,9%, 19,6% e 17,5%.

Em se tratando das dimensões analíticas das relações Brasil-China (Tabela 2), a dimensão comercial foi claramente proeminente, abarcando 47% do total. Artigos enquadrados nessa variável estão majoritariamente focados em avaliar as possibilidades de expansão do comércio sino-brasileiro, identificando as barreiras, oportunidades e os riscos que limitam o comércio entre os dois países (Henry & Chen, 2020; Wang et al., 2018, Chen, 2019). Artigos dedicados às políticas públicas e a iniciativas de cooperação sino-brasileiras corresponderam, respectivamente, por 18% e 17%.

Tabela 2. Dimensão de análise: frequência e percentagem

Dimensão de Análise	Frequência	Percentagem
Comércio	101	47%
Política Pública	38	18%
Cooperação	36	17%
Competição Política e Econômica	23	11%
Influência	9	4%
Outros	9	4%

No que tange ao campo de estudo (Tabela 3), as categorias "Governança Internacional, Ciência Política e Direito" e "Economia (exceto agricultura e soja)" apresentaram as maiores frequências, correspondendo, respectivamente, a 23% e 22%. Artigos tratando da área "Agricultura" representaram 19% do total, sendo "Agricultura, excluindo soja" e "Soja" representaram perfazendo 12% e 7% do total. Em seguida, a variável "Outros" representou 6% do total. Os demais campos de estudo corresponderam por 5% ou menos dos artigos selecionados.

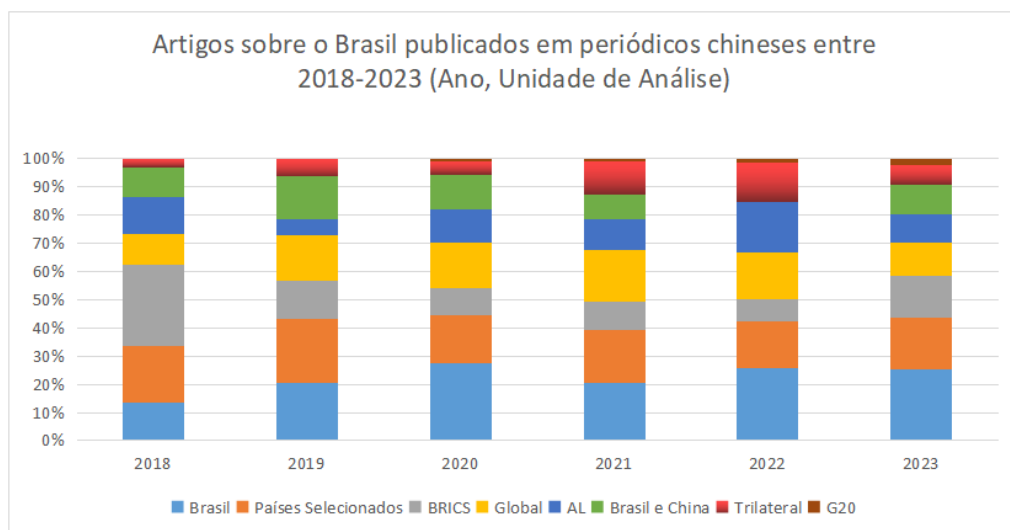
Tabela 3. Campo de estudo: frequência e percentagem

Campo de Estudo	Frequência	Porcentagem
Governança internacional, ciência política e direito	149	23%
Economia (exceto economia agrícola)	144	22%
Agricultura, exceto soja	76	12%
Soja	45	7%
Outros	39	6%
Humanidades	29	5%
Combustíveis fósseis	28	4%
Saúde	26	4%
Recursos minerais ou geologia	23	4%
Engenharia elétrica e mercado elétrico	18	3%

Educação	17	3%
Comunicação Social	15	2%
Desenvolvimento sustentável	13	2%
História	12	2%
Florestal	8	1%

A análise longitudinal revelou uma frequência estável de publicações entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021; cada ano correspondendo, respectivamente, a 133, 111, 124 e 112 artigos. O biênio 2022–23, no entanto, apresentou uma redução de aproximadamente 10% no total de publicações. Além disso, observou-se que, entre 2018 e 2023, houve uma redução percentual de artigos que avaliavam o Brasil como membro dos BRICS e um aumento percentual de publicações que enquadravam o Brasil em uma rede de relações trilaterais ou multilaterais (Figura 4). Por sua vez, relacionando-se as categorias "ano de publicação" e "campo de estudo", verificou-se a tendência de crescimento absoluto e relativo dos artigos vinculados ao campo de estudo "soja", o qual, em 2022, obteve a mesma frequência de todos os artigos codificados na variável economia.

Figura 4. Artigos sobre o Brasil publicados em periódicos chineses entre 2018–2023 (Ano, Unidade de Análise)



Fonte: dados extraídos de CNKI e WanFang

6. Discussão

A análise dos dados reforça as hipóteses de trabalho de que a produção acadêmica sobre o Brasil publicada em periódicos chineses tende a:

- i) refletir o modelo de *statecraft* econômico empregado por Pequim para manejar suas relações com Brasília, e
- ii) avaliar dinâmicas sociais, políticas e institucionais internas brasileiras com o objetivo de nortear políticas públicas dentro da China.

Teoricamente, a primeira hipótese reflete a percepção chinesa de que as relações sino-brasileiras são estratégicas nos níveis regional e global e, portanto, devem ser conduzidas a partir de subsídios informacionais de alta qualidade. A segunda hipótese, por sua vez, está relacionada com a imagem do Brasil como um grande país em desenvolvimento, cujas semelhanças com a sociedade chinesa o tornam um caso comparativo exemplar para a geração de conhecimentos orientados para os desafios com que a China se depara.

A vinculação entre a produção acadêmica chinesa sobre o Brasil e o modelo de *statecraft* econômico empregado por Pequim em suas relações com Brasília é perceptível tanto em função do viés temático quanto do enquadramento das publicações. Conforme demonstrado acima, a dimensão comercial e as áreas de economia, soja e agricultura (aspectos centrais da relação bilateral) constituem o principal tema de interesse dos pesquisadores chineses que se debruçam sobre as relações sino-brasileiras. Além disso, ao desagregarmos os artigos do campo da "Governança internacional, ciência política e direito" de acordo com seus enquadramentos analíticos, nota-se que 64% das publicações investigam aspectos estruturais enquanto apenas 36% se ocupam de fatores conjunturais.

Apontar a proeminência da dimensão estrutural em relação aos aspectos conjunturais não implica sugerir uma desvinculação absoluta entre a produção acadêmica chinesa sobre o Brasil e as dinâmicas políticas nacionais e internacionais. Nesse sentido, a tendência de diminuição dos artigos que definiam os BRICS como unidade de análise entre 2018 e 2023 é ilustrativa. A menor ênfase nos BRICS pode ser explicada como uma consequência da mudança de orientação da política externa brasileira a partir do governo Bolsonaro. Embora a relação bilateral Brasil-China tenha se mantido positiva, o alinhamento de Brasília com a agenda dos Estados Unidos representou um menor comprometimento brasileiro com a pauta de reformas da governança global da qual os BRICS são um elemento fundamental. Em outras palavras, sugere-se que o menor foco dedicado aos BRICS refletiu um ajuste de expectativas dos pesquisadores chineses em relação ao potencial da cooperação sino-brasileira em temas vinculados a transformações da ordem internacional.

Outro indício da influência de aspectos conjunturais na produção acadêmica chinesa sobre o Brasil consiste na tendência de aumento das publicações focadas no campo de estudo da soja entre 2018 e 2023. Nesse caso, ainda que uma virada pragmática diante da política externa bolsonarista possa ter algum peso explicativo, nossa hipótese é que o padrão identificado é um efeito derivado do início guerra-comercial entre EUA e China a partir do governo Donald Trump. Por um lado, identificaram-se artigos que compreendiam o potencial agrícola brasileiro como uma alternativa para Pequim contornar os efeitos adversos da escalada tarifária estadunidense (Zhang et al., 2019; Han & Li, 2022). Por outro lado, também foram encontrados artigos alertando para os riscos de uma superdependência chinesa da soja brasileira (Wei et al., 2021).

Quando pesquisadores chineses estudam o Brasil, eles o fazem de quatro formas:

i) comparativamente,

- ii) dentro de relações econômicas e políticas domésticas, bilaterais ou multilaterais,
- iii) como um exemplo a seguir ou evitar e
- iv) como um caso único.

Comparativamente - O Brasil, principalmente analisado juntamente com outros países dos BRICS, é uma referência para que pesquisadores chineses comparem a economia e o desenvolvimento social chinês com outros países em desenvolvimento. A agricultura brasileira é forte e, logo, pesquisadores chineses incluem o Brasil quando estudam a agricultura chinesa vis-à-vis outras potências agrícolas, comparando as tecnologias, a eficiência e a produção. Além disso, também há pesquisas que comparam outros aspectos, tais como economia e políticas públicas.

Dentro de relações econômicas e políticas domésticas, bilaterais ou multilaterais - O Brasil está situado na América Latina e é membro dos BRICS e G20. O Brasil é um ator importante na cadeia de produção agrícola e de extração mineral. Há pesquisas que incluem o Brasil dentro de estudos sobre a Iniciativa Cinturão e Rota (Qiao & Li, 2018), apesar de o Brasil não ter assinado o Memorando de Entendimento para tornar-se membro oficial dessa iniciativa. Bilateralmente, a diplomacia brasileira do governo Bolsonaro incentivou a produção de pesquisas para compreender os efeitos desse governo para as relações diplomáticas entre os dois países (Jiang, 2020). Ademais, a relação Brasil-China é estudada com base em interesses estratégicos, tais como geração e transmissão de energia elétrica, construção de infraestrutura e produção de petróleo (Wang, 2020; Wei & Tang, 2020). Pesquisadores chineses também descrevem em detalhes a situação política doméstica brasileira (Zhou, 2023).

Como um exemplo a seguir ou evitar - Aprender com o Brasil é outro motivo para estudar nosso país. Pesquisas cuja relevância é tirar lições estudam vários tópicos, por exemplo, saúde (Wang, 2018), setor elétrico (He, 2021; Wang, 2019), economia (Chen, 2019), educação (Zhang, 2021), agricultura (Xu, 2021), sustentabilidade (Wang, 2019), dentre outros. Os chineses têm estudado o Brasil mais para dar lições para a China do que para propor. As áreas em que a China tem estudado o Brasil para aprender com o nosso país são diversas e abrangem políticas públicas, energia, governança, dentre várias outras. Como exemplo a evitar, o Brasil foi estudado devido a casos de apagão elétrico (Liu, 2019) e à armadilha da renda média (Xu & Liu, 2019). Embora haja certa sobreposição entre as categorias “comparativamente” e “como um exemplo a seguir ou evitar”, a principal diferença entre elas é que, na última, as pesquisas são sobretudo estudos de caso enquanto, na primeira, o principal método empregado é quantitativo.

Como um fim em si mesmo - Apesar de a relevância dos artigos sobre o Brasil ser geralmente justificada por causa do seu valor para a sociedade chinesa, há pesquisas que investigam o Brasil sem apresentar um valor claro para a China. Exemplo é a pesquisa de Chai Yalin, que estuda a imigração de japoneses para o Brasil antes da Segunda Guerra Mundial (Chai, 2020). Há pesquisas que focam em questões próprias do Brasil, como o racismo brasileiro (Fan, 2020b; Tao, 2020), escravidão (Ning, 2023; Jiao, 2022), literatura brasileira (Fan, 2020a), situação atual dos descendentes de japoneses no Brasil (Chai, 2023), dentre outros temas.

É importante destacar que as pesquisas em chinês sobre o Brasil abarcam uma gama ampla de disciplinas e questões de pesquisa. Há pesquisa sobre o Brasil na área de saúde que descreve o Programa de Saúde da Família (Wang, 2018) e que avalia o sistema brasileiro de controle e prevenção de câncer (Bie et al., 2018). Na área de Ciência da Informação, há pesquisa que busca aprender com a plataforma Scielo (Zeng et al., 2021). Na área de Humanidades e Ciências Sociais, há pesquisa que estuda a imigração para o Brasil no século XIX (Du, 2022) e a situação dos indígenas brasileiros (Pan & He, 2022). Na área de Educação, há pesquisa que descreve as estratégias do Brasil de criação de universidades de qualidade reconhecida internacionalmente (Wang, 2020). Em suma, as pesquisas em chinês sobre o Brasil tratam de diversos temas e oferecem conhecimento sobre a realidade brasileira sob diversos ângulos. Elas não se limitam aos interesses principais da China sobre o Brasil, nomeadamente, a importação de produtos primários, investimentos diretos e diplomacia.

Portanto, os dados da pesquisa mostram que as pesquisas chinesas sobre o Brasil abarcam uma gama ampla de tópicos, métodos e objetivos, apesar de o apoio ao *statecraft* econômico chinês e o aprendizado de lições ocuparem um espaço central. Esse dado reflete, em certa medida, o tamanho da pesquisa chinesa. Por ser o país que mais publica artigos acadêmicos, a produção acadêmica em larga escala permite à China estudar os principais parceiros comerciais e políticos com profundidade e extensão. Desse modo, os tomadores de decisão chineses têm informações ricas para desenhar políticas públicas domésticas e estratégias internacionais eficazes. Entretanto, nossa pesquisa não avalia a qualidade das pesquisas, o que não nos permite inferir sobre a qualidade da informação.

7. Conclusão

A partir do método de revisão de escopo, este estudo investigou a produção acadêmica em chinês sobre o Brasil. Com base nos dados da pesquisa, afirmamos que a produção acadêmica em chinês sobre o Brasil concentra-se nos aspectos estruturais da relação Brasil-China e tem como objetivo não somente investigar os elementos estratégicos do ponto de vista das Relações Internacionais da relação Brasil-China, mas também aprender lições que informam políticas públicas domésticas chinesas, bem como comparar a China com os países em desenvolvimento e estudar o Brasil sem uma finalidade prática clara.

Por incluir artigos acadêmicos de todas as áreas do conhecimento, este estudo amplia a compreensão da produção acadêmica em chinês sobre o Brasil, uma vez que pesquisas anteriores se restringiram a somente uma área do conhecimento ou a um único periódico (Ferreira, 2022). Dessa forma, podemos identificar artigos valiosos para a relação Brasil-China, apesar de não estarem incluídos no campo das Relações Internacionais, como as publicações sobre agricultura.

Este estudo tem algumas limitações. Em primeiro lugar, apenas lemos o resumo e título. Em segundo lugar, não foi feita uma avaliação da qualidade dos artigos; dessa forma, sabemos a quantidade de artigos, mas não a sua qualidade. Em terceiro lugar, devido à escolha dos termos de busca e à restrição a pesquisas que contêm o termo Brasil no título, resumo, palavra-chave ou título de seção, é provável que alguns artigos que

investigam o Brasil tenham ficado de fora, principalmente quando a unidade de análise foi "Global", "América Latina" e "BRICS". Em quarto lugar, embora os artigos tenham sido buscados nas duas maiores bases de dados chinesas, há outras bases que não foram incluídas nas pesquisas. Finalmente, não sabemos a importância acadêmica relativa da relação Brasil-China, isto é, não temos dados para afirmar o quão importante é o Brasil para a comunidade acadêmica chinesa em comparação a outros países.

Como recomendação a formuladores de políticas públicas, sugerimos que:

- 1) O Brasil deve formar pessoal capaz de ler pesquisas em chinês a fim de compreender melhor a relação com a China e diminuir uma muito provável assimetria de informação;
- 2) O Brasil deve formar parcerias com instituições e pesquisadores chineses para fortalecer a compreensão mútua e compartilhar dados e teorias de modo a trazer pesquisadores chineses para o Brasil, incentivar pesquisadores brasileiros a participar de congressos promovidos por universidades chinesas, etc.; e
- 3) O Brasil deve aprender mais com a China - apesar das diferenças sociais, culturais, históricas e econômicas, a China tem muito a ensinar ao Brasil em áreas como combate à pobreza e diminuição de desigualdades econômicas, uma vez que as pesquisas que informam as políticas públicas chinesas nessas áreas são publicadas principalmente em chinês.

Contribuição dos autores: Ricardo Bernardes Pereira e Pedro Txai Leal Brancher participaram do desenho da pesquisa e da análise de dados, além de contribuírem com a redação e a revisão do manuscrito. Adicionalmente, Ricardo Bernardes Pereira foi responsável pela coleta de dados.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu nenhuma fonte de financiamento.

Disponibilização de dados: A base de dados gerada e analisada neste estudo está disponível junto ao autor correspondente, mediante solicitação.

Referências

- Alencastro, M., Uerta, M., & Machado-Pinheiro, R. (Orgs.). (2023). *How China is transforming Brazil*. Springer.
- Baldwin, D. (2020). *Economic statecraft*. Princeton University Press.
- Bie, F., Yan, X., Meng, Y., Liu, L., Wang, Q., Du, En., Dong, P., Mao, A., & Qiu, W. (2018). 巴西癌症防控体系述评 [Panorama do sistema de prevenção e controle do câncer no Brasil]. *Yīxué yǔ shèhuì (Medicina e Sociedade)*, 31(12), 25–28. <https://doi.org/10.13723/j.yxysh.2018.12.008>
- Blanchard, J.-M. F., & Ripsman, N. M. (2008). A political theory of economic statecraft. *Foreign Policy Analysis*, 4(4), 371–398. <https://doi.org/10.1111/j.1743->

8594.2008.00076.x

- Chai, Y. (2020). 想象的边民:二战前后族群边界上的巴西日本移民社会 [Os colonos imaginários: a sociedade de imigrantes japoneses no Brasil nas fronteiras étnicas antes e depois da Segunda Guerra Mundial]. *Shìjiè mínzú (Nacionalidades do Mundo)*, 3, 104–116.
- Chai, Y. (2023). 当代巴西日裔社会历史记忆的转型与再造 [Transformação e reconstrução da memória histórica na sociedade nipo-brasileira contemporânea]. *Shìjiè mínzú (Nacionalidades do Mundo)*, 2, 92–109.
- Chen, Y. (2019). 金砖国家服务贸易竞争力的比较与启示-----增加值贸易视角 [Comparação e lições da competitividade do comércio de serviços dos países BRICS – Perspectiva do comércio de valor agregado]. *Xuéxí yǔ shíjiàn (Estudo e Prática)*, 7, 41–50. <https://doi.org/10.19624/j.cnki.cn42-1005/c.2019.07.006>
- COSBAN. (2010). *Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2010–2014*. Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. https://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf
- COSBAN. (2012). *Plano decenal de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China*. Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/documentos-china/acordochina2012.pdf>
- COSBAN. (2015). *Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2015–2021*. Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/documentos-china/acordochina2015_a.pdf
- Du, J. (2022). 19世纪末巴西的南欧移民及其特征 [Imigrantes do sul da Europa no Brasil no final do século XIX e suas características]. *Sìchuān dàxué xuébào (Journal of Sichuan University)*, 1, 78–87.
- Fan, X. (2020a). 危机之下,文学何为?-----2019年巴西文坛反思 [Em tempos de crise, o que pode a literatura? – Reflexões sobre o cenário literário brasileiro em 2019]. *Wàiguó wénxué dòngtài yánjiū (Pesquisa em Tendências Literárias Estrangeiras)*, 4, 76–81.
- Fan, X. (2020b). 如何理解巴西种族问题 [Como compreender a questão racial no Brasil]. *Dúshū (Leitura)*, 11, 31–39.
- Ferreira, K. S. (2022) *A academia, o governo e a política externa chinesa para o Brasil*. [Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo],.
- Gao, X. (Andy), & Zheng, Y. (2018). ‘Heavy mountains’ for Chinese humanities and social science academics in the quest for world-class universities, *Compare: A*

- Journal of Comparative and International Education*, 50(4), 554–572.
<https://doi.org/10.1080/03057925.2018.1538770>
- Governo da República Popular da China. (2024). *China's R&D expenditure exceeds 3.3 trillion yuan in 2023: minister*.
https://english.www.gov.cn/news/202403/05/content_WS65e6ff4dc6d0868f4e8e4b66.html
- Han, D., & Li, G. (2022). 中美经贸摩擦背景下国际大豆贸易格局演变与中国议价能力变化 [Evolução do padrão do comércio internacional de soja e mudanças no poder de barganha da China no contexto de atritos comerciais sino-americanos]. *Jiāngxī cáijìng dàxué xuébào (Journal of Jiangxi University of Finance and Economics)*, 4, 83–96. <https://doi.org/10.13676/j.cnki.cn36-1224/f.2022.04.011>
- He, S. (2021). 巴西能源市场化改革启示及中巴能源合作 [Lições da reforma de mercado de energia do Brasil e a cooperação energética Sino-Brasileira]. *Zhōngguó néngyuán (Energia da China)*, 43(7), 63–72.
- Henry, & Chen, L. (2020). 巴西---中国石油贸易20年:演变、特征与趋势 [20 anos de comércio de petróleo Brasil-China: evolução, características e tendências]. *Lādīng měizhōu yánjiū (Estudos da América Latina)*, 42(6), 62–81+156.
- Hill, C. (2016). *Foreign policy in the twenty-first century* (2nd Edition). Palgrave Macmillan.
- Hyland, K. (2023). Enter the dragon: China and global academic publishing. *Learned Publishing*, 36, 394–403. <https://doi.org/10.1002/leap.1545>
- Hu, Y., & Yang, P. (2024). 以学术期刊建设推进自主知识体系建构 [Promovendo a construção de um sistema de conhecimento autônomo através do desenvolvimento de periódicos acadêmicos]. *Kējì yǔ chūbǎn (Ciência e Tecnologia e Publicação)*, 1(2), 17–26. doi: 10.16510/j.cnki.kjycb.20240029.002.
- Huang, Y., Li, R., Zhang, L., & Sivertsen, G. (2021). A comprehensive analysis of the journal evaluation system in China. *Quantitative Science Studies*, 2(1), 300–326. https://doi.org/10.1162/qss_a_00103
- Ioris, R. R., & Cepik, M. (2022). *History: the long trajectory of a relationship yet to be fulfilled* (pp. 19–38). Springer EBooks. https://doi.org/10.1007/978-3-031-18026-2_2
- Jabbour, E., & Gabriele, A. (2021). *China: o socialismo do século XXI*. Boitempo.
- Jesson, J. K., Matheson, L., & Lacey, F. M. (2011). Doing your literature review: traditional and systematic techniques. *Evaluation & Research in Education*, 24(3), 219–221. <https://doi.org/10.1080/09500790.2011.581509>
- Jiang, S. (2020). 博索纳罗执政后巴西外交战略的新变化 [Novas mudanças na estratégia de política externa do Brasil após a posse de Bolsonaro]. *Dāngdài shìjiè (Mundo Contemporâneo)*, 9, 39–46. <https://doi.org/10.19422/j.cnki.ddsj.2020.09.006>
- Jiao, J. (2022). 巴西黑人奴隶家庭的组织模式及其特点 [Padrões organizacionais e

- características das famílias de escravos negros no Brasil]. *Lāding měizhōu yánjiū* (Estudos da América Latina), 44(4), 136–153+158.
- Jing, W., Halffman, W., & Zhang, Y. (2023). Sorting out journals: the proliferation of journal lists in China. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 74(10), 1207–1228. <https://doi.org/10.1002/asi.24816>
- Lee, A. (2018). *Mandarin Brazil: race, representation and memory*. Stanford University Press.
- Li, J., & Xue, E. (2021). *Creating world-class universities in China. Exploring education policy in a globalized world: concepts, contexts, and practices*. Springer.
- Liu, W. (2020). China's SCI-indexed publications: facts, feelings, and future directions. *ECNU Review of Education*, 3(3), 562–569. <https://doi.org/10.1177/2096531120933902>
- Liu, Y. (2019). Analysis of Brazilian blackout on March 21st, 2018 and revelations to security for Hunan Grid. *4th International Conference on Intelligent Green Building and Smart Grid (IBBSG)*, Hubei, China, 1–5. <https://doi.org/10.1109/igbsg.2019.8886219>
- Majerowicz, E. (2020). A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. *Geosul*, 35(77), 73–102. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p73>
- Medeiros, C. A. D., & Trebat, N. M. (2017). Transforming natural resources into industrial advantage: the case of China's rare earths industry. *Brazilian Journal of Political Economy*, 37(3), 504–526. <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a03>
- Milani, C., & Carvalho, O. (2013). Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*, 1(1). <https://doaj.org/article/e0074de5923d4119bfd071439786506>
- Ministry of Science and Technology. (2020). *Some measures to counter the orientation of paper-first in research assessment*. http://www.xinhuanet.com/tech/2020-02/24/c_1125617367.htm.
- National Bureau of Statistics of China. (2019) *China statistical yearbook*. China Statistics Press.
- National Science Board. (2018). *Science and engineering indicators 2018*. National Science Foundation. <https://www.nsf.gov/statistics/indicators/>.
- Ning, R. (2023). 19世纪巴西奴隶贸易猖獗的经济原因研究 [Estudo sobre as razões econômicas do comércio ilegal de escravos no Brasil no século XIX]. *Dōngnán dàxué xuébào* (Journal of Southeast University), 25(S1), 159–162.
- Pan, H., & He, J. (2022). 巴西非裔群体和印第安群体权利保护问题研究 [Estudo sobre a proteção dos direitos dos grupos afro-brasileiros e indígenas no Brasil]. *Shìjiè mínzú* (Nacionalidades do Mundo), 5, 44–57.
- Peters, M. D. J., Marnie, C., Colquhoun, H., Garritty, C. M., Hempel, S., Horsley, T., Langlois, E. V., Lillie, E., O'Brien, K. K., Tunçalp, Ö., Wilson, M. G., Zarin, W. & Tricco, A. C. (2021). Scoping reviews: reinforcing and advancing the methodology and application. *Systematic Reviews*, 10(1).

<https://doi.org/10.1186/s13643-021-01821-3>

- Porto, A. C. C., Bueno, A., & Peres, V. H. L. (2022). *Chineses no Brasil, brasileiros na China: trajetórias em movimento*. Proj. Orientalismo/UERJ.
- Qian, J., Yuan, Z., Li, J., & Zhu, H. (2020). Science Citation Index (SCI) and scientific evaluation system in China. *Humanities and Social Sciences Communications*, 7(1), 1–4. <https://doi.org/10.1057/s41599-020-00604-w>
- Qiao, J., & Li, C. (2018). 中资企业投资“一带一路”国家劳动关系风险防范研究-----以巴西为例 [Pesquisa sobre a prevenção de riscos nas relações de trabalho para empresas chinesas que investem em países do "Cinturão e Rota" – tomando o Brasil como exemplo]. *Zhōngguó rénli zīyuán kāifā (Desenvolvimento de Recursos Humanos da China)*, 35(7), 92–107. <https://doi.org/10.16471/j.cnki.11-2822/c.2018.07.008>
- Quan, W., Shu, F., Yang, M., & Larivière, V. (2023). Publish and flourish: investigating publication requirements for PhD students in China. *Scientometrics*, 128(12), 6675–6693. <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04854-8>
- Shu, F., Julien, C., & Larivière, V. (2019). Does the web of science accurately represent chinese scientific performance? *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 70(10), 1138–1152. <https://doi.org/10.1002/asi.24184>
- Shu, F., Sugimoto, C. R., & Larivière, V. (2021). The institutionalized stratification of the Chinese higher education system. *Quantitative Science Studies*, 2(1), 327–334. https://doi.org/10.1162/qss_a_00104
- Shu, F., Wang, X., Liu, S., Qiu, J., & Larivière, V. (2022). Global impact or national accessibility? A paradox in China's science. *Scientometrics*, 128(1), 263–277. <https://doi.org/10.1007/s11192-022-04537-w>
- Silva, R., & Benvenuto, J. (2022). O programa CBERS Sino-Brasileiro: subsídio de interseção do setor espacial intra-BRICS. *Caderno de Relações Internacionais*, 13(24), 241–267. <https://doi.org/10.22293/21791376.v13i24.1846>
- SCImago. (n.d.). *International science ranking*. www.scimagojr.com. <https://www.scimagojr.com/countryrank.php?year=2022>.
- Tanikawa, L.M., Ferreira, S. M. R., & Retondario, A. (2021). Protocolo de revisão de escopo e revisão sistemática na área de alimentos. *Visão Acadêmica*, 22(2), 45–61. <https://doi.org/10.5380/acd.v22i2.79568>
- Tao, R. (2020). 当代巴西种族歧视问题探析 [Análise da discriminação racial no Brasil contemporâneo]. *Shìjiè mínzú (Nacionalidades do Mundo)*, 5, 45–53.
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., & Lewin, S. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467–473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- Wang, D., Liu, Y., & Liu, Y. (2018). 中国与巴西农产品贸易:现状及展望 [Comércio de produtos agrícolas entre China e Brasil: Situação atual e perspectivas]. *Shìjiè*

- nóngyè (*Agricultura Mundial*), 2, 173–175+181. <https://doi.org/10.13856/j.cn11-1097/s.2018.02.027>
- Wang, F. (2020). 中国---巴西基础设施建设合作：进展、挑战与路径选择（英文） [Cooperação Sino-Brasileira em infraestrutura: progressos, desafios e opções de caminho (em inglês)]. *China International Studies*, 2, 85–102.
- Wang, H. (2018). 巴西家庭医生制对我国的启示 [Lições para a China a partir do sistema de médicos de família do Brasil]. *Zhōngguó wèishēng jīngjì (Economia da Saúde da China)*, 37(5), 94–96.
- Wang, J., Halfman, W., & Zwart, H. (2020). The Chinese scientific publication system: specific features, specific challenges. *Learned Publishing* [S. l.], 34(2), 105–1151. <https://doi.org/10.1002/leap.1326>
- Wang, S. (2019). 巴西可再生能源产业竞争优势及其启示 [Vantagens competitivas da indústria de energias renováveis do Brasil e suas implicações]. *Jiàgé lǐlùn yǔ shíjiàn (Teoria e Prática de Preços)*, 4, 59–62. <https://doi.org/10.19851/j.cnki.cn11-1010/f.2019.04.014>
- Wang, S., & Jones, G. (2020). Competing institutional logics of academic personnel system reforms in leading Chinese Universities. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 43(1), 49–66. <https://doi.org/10.1080/1360080X.2020.1747958>
- Wang, X. (2021). 中国学术期刊话语权评价理论框架建构研 [Pesquisa sobre a construção de um quadro teórico para a avaliação do poder discursivo de periódicos acadêmicos chineses]. *Túshū qíngbào gōngzuò (Trabalho de Biblioteconomia e Ciência da Informação)*, 65(12), 83–92. <https://doi.org/10.13266/j.issn.0252-3116.2021.12.008>
- Wang, Y. (2020). 世界一流大学建设运动中的巴西:参与者抑或局外人-----基于近20年高等教育发展战略的分析 [Brasil no movimento de construção de universidades de classe mundial: participante ou forasteiro? – análise baseada nas estratégias de desenvolvimento do ensino superior nas últimas duas décadas]. *Bǐjiào jiàoyù yánjiū (Pesquisa em Educação Comparada)*, 42(9), 23–29.
- Wei, D., & Tang, Y. (2020). 投资便利化与投资环境优化:以中国和巴西为视角 [Facilitação de investimentos e otimização do ambiente de investimento: perspectivas da China e do Brasil]. *Shèhuì kēxuéjiā (Cientista Social)*, 10, 90–96. <https://doi.org/10.19863/j.cnki.issn.1002-3240.2020.10.015>
- Wei, Y., Zhang, H., & Zhu, J. (2021). 新发展格局下中国大豆进口依赖性风险及市场布局优化分析 [Análise do risco de dependência das importações chinesas de soja e otimização do layout do mercado sob o novo padrão de desenvolvimento]. *Zhōngguó nóngcūn jīngjì (Economia Rural Chinesa)*, 12, 66–86.
- Xu, X., & Liu, J. (2019). 生产能力禀赋、产品结构转型与中等收入陷阱-----基于产

- 品空间理论 [Dotações de capacidade produtiva, transformação da estrutura do produto e a armadilha da renda média – baseado na teoria do espaço de produto]. *Xīnán mínzú dàxué xuébào (Journal of Southwest Minzu University)*, 40(07), 97–106.
- Xu, Z. (2021). 巴西与阿根廷转基因政策效果的比较及其启示 [Comparação dos efeitos das políticas de transgênicos no Brasil e na Argentina e suas implicações]. *Jiāngxī shèhuì kēxué (Revista de Ciências Sociais de Jiangxi)*, 41(11), 200–210+256.
- Yang, Y. E., & Liang, W. (2019). Introduction. In Y. E. Yang & W. Liang (Eds.), *Challenges to China's economic statecraft - a global perspective* (pp. 1–10). Lexington Books.
- Yi, E. Y. (2019). *Challenges to China's economic statecraft*. Rowman & Littlefield.
- Zeng, Y., Shen, Y., Gu, L., & Liu, C. (2021). 巴西SciELO平台国际化发展策略及启示 [Estratégias de desenvolvimento da internacionalização da plataforma SciELO Brasil e suas implicações]. *Zhōngguó kējì qīkān yánjiū (Estudos de Periódicos Científicos da China)*, 32(5), 586–595.
- Zhang, L., Shang, Y., Huang, Y., & Sivertsen, G. (2021). Toward internationalization: a bibliometric analysis of the social sciences in Mainland China from 1979 to 2018. *Quantitative Science Studies*, 2(1), 376–408. https://doi.org/10.1162/qss_a_00102
- Zhang, S., & Chen, N. (2021). Beijing's institutionalised economic statecraft towards Brazil: a case study. *Journal of Current Chinese Affairs*, 50(3), 339–365. <https://doi.org/10.1177/18681026211041630>
- Zhang, T. (2021). 国外外语教育政策及其启示 [Políticas de educação em línguas estrangeiras no exterior e suas implicações]. *Zhōngguó wàiyǔ (Línguas Estrangeiras na China)*, 18(4), 19–25. <https://doi.org/10.13564/j.cnki.issn.1672-9382.2021.04.017>
- Zhang, Y. (2024). 公共政策过程中的知识运用：理论模型与演进逻辑 [Uso do conhecimento no processo de políticas públicas: modelos teóricos e lógica evolutiva]. *Běijīng xíngzhèng xuéyuàn xuébào (Journal of Beijing Administrative College)*, 2, 96–108. <https://doi.org/10.16365/j.cnki.11-4054/d.2024.02.009>
- Zhang, Y., Ding, Z., & Huang, T. (2019). 中美贸易摩擦背景下中国进口南美大豆的替代影响-----基于GTAP模型的模拟 [Impacto substituto das importações chinesas de soja da América do Sul no contexto de atritos comerciais sino-americanos – simulação baseada no modelo GTAP]. *Lādīng měizhōu yánjiū (Estudos da América Latina)*, 41(6), 95–117+157.
- Zhou, Y. (2023). Untangling “Chinese characteristics”: an examination of “the China discipline evaluation with Chinese characteristics” and what it implies. *Higher Education*. <https://doi.org/10.1007/s10734-023-01157-y>
- Zhou, Z. (2023). 巴西战略环境与战略选择-----卢拉回归后的巴西国际战略展望 [Ambiente estratégico e escolhas estratégicas do Brasil – perspectivas da estratégia

internacional do Brasil após o retorno de Lula]. *Lǎdīng měizhōu yánjiū* (*Estudos da América Latina*), 45(01). <https://link.cnki.net/urlid/11.1160.c.20230228.1016.014>

[recebido em 14 de janeiro de 2025 e aceite para publicação em 21 de novembro de 2025]